

Delfim vê provocação em orçamento por decreto

"Uma provocação ao Congresso Nacional". Foi nesses termos que o deputado e ex-ministro Delfim Netto, do PDS de São Paulo, definiu o decreto-lei do governo do presidente José Sarney, através do qual se reformulou o Orçamento da União, com o aumento das despesas públicas no montante de Cz\$ 3,542 trilhões.

Pela Constituição em vigor, a reformulação orçamentária teria de ser feita através de projeto de lei, discutido e votado no Senado e na Câmara, depois de examinado nas comissões de Fiscalização e Controle, das duas casas legislativas. Segundo o senador Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, de São Paulo, ao optar pelo decreto-lei, o Presidente da República incorreu em crime de responsabilidade.

Defesa

Ontem, o líder pefelista no Senado, senador Marcondes Gadelha (PFL-PB), recebeu subsídios dos ministros Mailson da Nóbrega (Fazenda) e João Batista de Abreu (Planejamento), defendendo a assinatura do decreto-lei da reformulação orçamentária, sob o argumento de se tratar de matéria financeira, o que — na opinião dos ministros — dispensa a aprovação por projeto de lei. Além disso, pelo que alegaram, já houve precedente, no tempo dos ministros Dilson Funaro e Bresser Pereira, de matéria quase idêntica, aprovada através de decreto-lei.

O líder do governo no Senado, Saldanha Derzi (PMDB-MS), admitiu ter havido um equívoco das autoridades financeiras, nessa matéria. "Elas poderiam — comentou Derzi — ter preparado um projeto muito bem feito, para o assunto de maior urgência (o

pagamento de salários de servidores) e deixar o resto para mais tarde".

CPI

Em razão do equívoco admitido por Derzi, o senador Carlos Chiarelli (PFL-RS), presidente da Comissão de Controle e Fiscalização do Senado, revelou, ontem, que esse problema será objeto de indagações a serem feitas ao presidente da República, através da CPI da Corrupção. "Em novembro do ano passado — conforme explicou Chiarelli — o governo, agindo nos limites da Constituição, solicitou ao Congresso, quando ainda ali tramitava o projeto de orçamento, o aumento de vários itens orçamentários, inclusive para pagamento de pessoal, dos encargos da União e da reserva de contingência. Que fim levaram tais aumentos?" — indaga Chiarelli, referindo-se às novas correções feitas agora pelo governo, mas através de decreto-lei, o que é vedado pela Constituição.

O líder do PDS na Constituinte, deputado Amaral Netto (RJ), chegou a formular apelo ao presidente Sarney, para que o governo retirasse o decreto de revisão do orçamento. "Isso é uma imoralidade e o PDS, que tem dois ex-ministros da Fazenda e do Planejamento (Delfim Netto e Roberto Campos) lembra que nem nos tempos do regime militar se agiu de tal forma contra o Legislativo".

Antes da assinatura do decreto de revisão orçamentária, vários líderes situacionistas haviam acertado com o governo a aprovação de um projeto de concessão de créditos suplementares ao poder executivo, em caráter de urgência, para pagamento do pessoal.